FOTO JM

REUNIÃO

Regiões querem estruturar diálogo com instituições da UE

Mais próximas e mais influentes. As 16 regiões da União Europeia com poderes legislativos reuniram-se recentemente e aprovaram uma declaração que defende um "diálogo estruturado" com as instituições da UE.

Por ***Alberto Pita***
albertopita@jm-madeira.pt

As 16 regiões da União Europeia com poderes legislativos que compõem a iniciativa RLEG reuniram-se recentemente, por videoconferência, e aprovaram uma declaração política que defende um "diálogo estruturado" com as instituições da União Europeia.

"Este diálogo deve ser inspirado pelo pragmatismo e por uma visão de longo prazo, tendo em vista o seu empoderamento para antecipar, deliberar, tomar decisões, investir e se comprometer como agentes de transformação política, a fim de reforçar o processo de integração europeia", pode ler-se no documento que saiu desta reunião promovida pelo Governo Basco, com o apoio do EPC European Policy Center, e no qual participou o Governo Regional da Madeira, que também faz parte desta organização.

Este encontro, em videoconferência, contou, entre outros, com a presença do antigo presidente do Conselho, Herman Van Rompoy, e teve por objetivo debater o lugar das regiões europeias com poderes legislativos no futuro da União Europeia.

A declaração política saída do encontro será agora apresentada à Conferência sobre o Futuro da Europa (COFOE, na sigla inglesa) que está em curso.

A ideia é chamar a atenção para a importância da intervenção das regiões com poderes legislativos no processo europeu e a necessidade de criar um espaço interinstitucional que lhes permita uma participação mais ativa.

Para direcionar e orientar "diálogo estruturado" que a declaração final sugere, os representantes das diferentes regiões defendem a criação de um "fórum interinstitucional" onde as regiões com poderes legislativos "poderiam regularmente partilhar aconselhamento e experiência com as instituições europeias, tendo em vista influenciar de forma concreta o processo de decisão".

Este estreitamento de relações iria facilitar um acompanhamento estratégico do processo legislativo e político da UE e do respetivo calendário; identificar oportunidades políticas específicas onde o RLEG pode demonstrar a sua expertise e capacidade de se envolver e otimizar o desenvolvimento de políticas; e explorar, em consonância com a resolução sobre a implementação das disposições do Tratado relativas à cooperação reforçada aprovada pelo Parlamento Europeu em 13 de fevereiro de 2019, a possibilidade de Regiões com poderes legislativos participarem nas cooperações reforçadas que os afetam.

A declaração conjunta termina concluindo que "os subsignatários comprometem-se a colaborar e a se reunir, regularmente uma vez por ano e sempre que se mostre necessário, ao mais alto nível político, para avaliar capacidade, escala e oportunidades de alinhamento estratégico com outros parceiros regionais para gerar um impulso estratégico claro, coeso e consensual para uma efetiva governança multinível no quadro institucional da UE".

É crucial envolver cidadãos no processo de formulação de políticas

Os governos das regiões com poderes legislativos da União Europeia (que compõem a Iniciativa RLEG) possuem expertise política, financeira e técnica na conceção e execução de políticas públicas, muitas vezes relacionadas com áreas-chave da agenda da UE. Assim, alargar o seu envolvimento a todo o ciclo de política da UE, como defende a declaração política da Iniciativa RLEG à Conferência sobre o Futuro da Europa, "permitiria aceder a melhores dados regionais e incluir mais recomendações específicas regionais na elaboração e implementação de políticas da UE, fortalecendo sua abordagem de baixo para cima e a dimensão territorial".

Na declaração política da Iniciativa RLEG, que saiu do recente encontro das regiões com poderes legislativos da União Europeia, é referido que muitos cidadãos de regiões com poderes legislativos sentem-se "intimamente ligados aos seus parlamentos e governos regionais. Por conseguinte, é crucial para a legitimidade democrática da UE que se envolvam plenamente esses atores no processo de formulação de políticas".

Nesse sentido, a Iniciativa RLEG "pode e deve desempenhar um papel fundamental no seguimento do processo legislativo e das políticas da UE. Os subsignatários estão dispostos a contribuir para o futuro da União e trabalhar em conjunto com os Estados-Membros e as instituições da UE, como parceiros associados confiáveis e construtivos, a fim de moldar e implementar políticas eficazes no interesse dos cidadãos", lê-se na declaração enviada à Conferência sobre o Futuro da Europa.